



REPÚBLICA DE MOCAMBIQUE

TRIBUNAL SUPERIOR DE RECURSO DA BEIRA

Recurso Penal nº 84/2024

Recorrente: Ministério Público

Arguidos: José Martinho Carlos e Eduardo Dino André Moyo.

Recorrido: Tribunal Judicial da Província de Manica- 5ª Secção Criminal

Sumário

1. A dúvida sobre a culpabilidade do arguido, determina a aplicação do princípio *in dubio pro reo*, artigo 3.º, nº 3 do C.P. Penal.
2. Não são aplicáveis as circunstâncias agravantes 18ª (noite) e 27ª (manifesta superioridade em razão de armas), ambas do artigo 40 do C. Penal, quando integram os elementos constitutivos do crime de roubo agravado e o ofendido não faz uso de nenhum instrumento, quando interpelado pelos meliantes.

Acórdão

Acordam, em conferência, na 2ª Secção Criminal do Tribunal Superior de Recurso da Beira.

José Martinho Carlos, solteiro, com 16 anos de idade à data dos factos, biscateiro, filho de Martinho Zangado Carlos e de Sónia Manuel, natural de Quelimane, província da Zambézia, residente no 16º bairro - vila Massane, cidade da Beira.

Eduardo Dino André Moyo, solteiro, com 35 anos de idade à data dos factos, biscateiro, filho de André Meque e de Emília Mpelo Nachacha, natural da Beira, residente no 21º bairro-Inhamítua.

Foram acusados, pelo Ministério Público, em processo comum, da prática, em co-autoria material, do crime de **roubo agravado**, previsto e punido nos termos dos artigos 279 e 280, nº 1, alíneas. a), b) e c), ambos do Código Penal.

A responsabilidade criminal dos arguidos foi agravada pelas circunstâncias 2ª (motivo fútil), 18ª (noite) e 27ª (manifesta superioridade em razão de armas), todas do artigo 40 do CP, e atenuada pela circunstância 9ª (confissão do crime), do artigo 45 do mesmo diploma legal.

Remetidos os autos ao Tribunal, a acusação foi recebida nos mesmos termos em que foi deduzida. (folhas 49).

Julgados na 5ª Secção do Tribunal Judicial da Província de Sofala, o tribunal julgou procedente a acusação e condenou os arguidos, José - com fundamento ao disposto no artigo 131, nº 2 do CP, a pena de 2 anos de prisão, e Eduardo - a pena de 12 anos de prisão.

Os arguidos foram, também, condenados a pagar o máximo do imposto de justiça, 2.000,00MT de emolumentos à defesa e a indemnizar, na forma solidária, ao ofendido Morais Guê José Catruza, no valor de 12.500,00MT (doze mil e quinhentos meticais).

No final, a pena de prisão aplicada ao arguido José foi convertida em multa, à taxa diária de 100,00MT, nos termos dos artigos 63 e 72, ambos do CP.

Notificado da sentença, tempestivamente, o mandatário judicial do arguido Eduardo interpôs recurso a fls. 89, e apresentou as alegações de folhas 90 a 93 nas quais, conclui dizendo que o tribunal não esteve bem ao condenar o recorrente porque o corpo de delito não foi formado, olhando para as posições totalmente contraditórias entre o recorrente e o co-arguido José, e que a sentença seja julgada improcedente e o recorrente absolvido.

O recurso assim apresentado, foi admitido por despacho de folhas 94.

Foi feita a revisão do processo (fls. 103), devendo o cartório do tribunal “a quo” tomar em consideração os aspectos que nela constam para a melhoria nas próximas actuações.

Nesta instância, o Digníssimo Sub-Procurador Geral, deu o douto parecer de fls. 114 a 117, no qual expende, em síntese, o seguinte:

Quanto a posição do recorrente.

Este não apresenta as referidas posições “totalmente contraditórias” entre o recorrente e o co-arguido José, por isso, não existem elementos para se tecer quaisquer considerandos.

Quanto as penas aplicadas.

As mesmas são de acolher se tomarmos em conta a idade do arguido José, a sua confissão e o arrependimento demonstrado.

A pena de 12 anos de prisão aplicada ao recorrente, numa previsão legal de 12 a 16 anos, a mesma resulta benéfica para o arguido, se tomarmos em conta o concurso de somente uma circunstância atenuante de carácter geral, contra seis agravantes de carácter geral, o que nos levaria à aplicação duma pena acima do mínimo aplicável.

Colhidos os vistos legais, cumpre apreciar e decidir

Em direito penal, só é válida a prova reproduzida solenemente na audiência de discussão e julgamento, e é na base dessa prova, que o tribunal deve especificar os fundamentos de facto e de direito que justifiquem a decisão, desde que não a contrariem.

O tribunal da primeira instancia considerou provado o seguinte:

Os arguidos José Martinho Carlos e Eduardo Dino André Moyo, ambos identificados nos autos, estando na companhia de seu comparsa Ngunga, ora a monte, depois de terem concertado entre si, no dia 02 de Agosto de 2023, cerca das 23 horas, seguiram o ofendido Moraes Guê José Catruza, igualmente identificado nos autos, que saia de uma barraca onde esteve a consumir bebidas alcoólicas.

Já em um local isolado, com recurso a martelo, faca e catana, os arguidos e seu comparsa ameaçaram o ofendido e exigiram que este lhes entregasse os seus bens.

Os arguidos cercaram o ofendido, tendo o arguido José retirado do bolso daquele telemóveis e carteira que continha a quantia de 3.000,00MT (três mil meticais) e diversos documentos, o co-arguido Eduardo mantinha-se de longe a assistir o seu comparsa Ngunga a apertar o pescoço e a apontar a faca ao ofendido.

Os arguidos e seus comparsas já na posse dos bens do ofendido, puseram-se em fuga.

Da mesma sentença, consta ainda, como factos provados, o seguinte:

O ofendido reconheceu os co-arguidos como sendo pessoas que estavam na mesma barraca que ele, local onde consumia bebidas alcoólicas.

O arguido Eduardo confessa os factos e alega que foi chamado pelo co-arguido Eduardo e Ngunga para participar daquele acto.

O arguido Eduardo nega os factos de que vem indiciado, alegando que à data dos factos estava em casa, facto que foi descartado pelo ofendido que o reconheceu como quem esteve na mesma barraca que ele”.

Ora, na sentença em crise, há muitas dúvidas sobre a certeza da imputação do facto criminoso ao arguido Eduardo Dina André Moyo, este, que desde o primeiro interrogatório legal (folhas 06), passando pelo interrogatório e pela acareação, feitos pela Polícia de Investigação Criminal (folhas 22-22 verso, 24 verso e 25), até ao momento da realização da audiência de discussão e julgamento da causa (folhas 68 verso), sempre negou ter cometido o crime, dizendo que na data dos factos e no local da sua ocorrência não esteve com o arguido José e não conhece o tal de Ngunga.

E mais, na audiência de discussão e julgamento da causa, foi ouvido o denunciante Morais Guê José (folhas 68 verso e 69), que momento algum disse ter visto o arguido Eduardo a cometer o crime. Pelo contrário, apenas indicou o arguido José como sendo a pessoa que por ele foi vista a cometer o crime, ao esclarecer o seguinte:

Que conhece de vista o arguido Eduardo, que na data dos factos, após ter consumido bebidas alcoólicas e quando se dirigia à casa, sendo por volta das 23 horas, foi interpelado por um individuo que trazia uma faca. Que o tal indivíduo o agarrou por trás e de seguida, o co-arguido José retirou da sua carteira telemóveis e dinheiro na quantia de 3.200,00MT. Dias depois, o arguido José foi detido e o mesmo confessou que à data dos factos estava com o cidadão Ngunga e agiram a mando do co-arguido Eduardo.

Ora, o facto de o arguido confesso, ou seja, o arguido José ter dito que que cometeu o crime à mando do arguido Eduardo, e porque tal confissão se mostra desacompanhada de algum elemento de prova material ou testemunhal, não pode servir de fundamento bastante para a incriminação do arguido Eduardo, este que sempre refutou a acusação.

Por isso, não assiste razão o arguido Eduardo quando diz que o tribunal não esteve bem ao condená-lo, porquanto, o corpo de delito não foi formado olhando para as posições totalmente contraditórias entre as suas respostas e a do co-arguido José, e quando pede que seja absolvido.

Na verdade, no meio de tanta incerteza quanto a culpabilidade do arguido Eduardo, o único caminho a seguir e que a lei processual penal orienta, é a aplicação do princípio *in dubio pro reo*, nos termos do nº 3 do artigo 3 do CPP.

Relativamente ao arguido José, andou bem o tribunal recorrido, tanto no apuramento da matéria fáctica como no enquadramento jurídico-penal ao considera, que com a sua conduta, o mesmo cometeu, em co-autoria material e na forma consumada, um crime de **roubo agravado**, previsto e punido nos termos dos artigos 279 e 280, nº 1, alíneas. a), b) e c), ambos do Código Penal e que por força do disposto no artigo 131, nº 2 do mesmo diploma legal, a pena aplicável não deve ser superior a 8 anos de prisão.

Não procedem as circunstâncias agravantes elencadas na sentença, concretamente, 18ª (noite) e 27ª (manifesta superioridade em razão de armas), ambas do artigo 40 do CP, por serem elementos constitutivos do crime de roubo agravado e em virtude de o ofendido, ao ser interpelado pelos meliantes, não ter feito o uso de nenhum instrumento.

Nestes termos, o Colectivo de Juízes deste Tribunal julga parcialmente procedente o recurso, e é consequência, **absolve** o arguido **Eduardo Dino André Moyo**, por falta de provas de que o mesmo seja responsável pela prática do crime de que foi acusado, **mantém a pena de 2 anos de prisão aplicada ao arguido José Martinho Carlos, condena-o a indemnizar o ofendido Morais Guê José Catruza no valor de 12.500,00MT (doze mil e quinhentos meticais) – nos termos do artigo 94 do CPP, a pagar, o imposto de justiça no valor de 800,00MT (oitocentos meticais), nos termos dos artigos 143 e 144, nº 1, ambos do CCJ, e 2.000,00MT de emolumentos ao defensor officioso, nos termos do nº 5 do artigo 74 do CPP.**

Sem custas.

Remetam-se Boletins ao Registo Criminal e ao Arquivo Central do SERNIC.

Emitam-se mandados de **soltura** imediata a favor do absolvido **Eduardo Dino André Moyo**.

Notifique-se.

Beira, 04 de Dezembro de 2024.

Adelina das Dores Pereira Vaz

Tomé Gabriel Matuca

Ricardo Cinco Reis